

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Motta e Alcolumbre emparedam Lula

Orçamento virou tremenda encalacrada

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desistiram de ir pessoalmente à audiência pública marcada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Flávio Dino para discutir o sistema orçamentário brasileiro. Tanto melhor, porque evitou acirramentos na guerra entre os poderes. As posições do Congres-

so foram defendidas por advogados das duas Casas. Discursos de que o grande volume de emendas parlamentares torna o processo mais justo e mais capaz de chegar às periferias e aos pequenos municípios. Talvez, se parte não fosse desviada em esquemas como o desbaratado na sexta-feira na Bahia. Mais um, porque já haveria mais de 80 parlamentares investigados.

Quem cede?

Não parece haver a essa altura muita dúvida de que é necessário um ajuste nesse sistema. O problema é: quem cede? O que está por trás dos arreganhos do Congresso esta semana contra o governo foi isso. Câmara e Senado não querem ceder um milímetro.

Poder

Um poder imenso. A capacidade de interferência no orçamento brasileiro dos parlamentares é nove vezes maior que o dos Estados Unidos, por exemplo. Está nas mãos dos parlamentares cerca de 27% das obras públicas, do orçamento de investimentos.

Lula Marques/Agência Brasil



Comissão de Orçamento: onde tudo se define

Valor das emendas cresceu 700% desde 2016

Na audiência, o economista Felipe Salto, informou que o valor das emendas cresceu nada menos que 700% entre 2016 e o ano passado. Diversos problemas advêm daí, desconsiderando os desvios que a PF apura. O primeiro é a pequena capacidade do Executivo para definir políticas públicas. O segundo está nessa postura

do Congresso, que obriga o governo a cortar ainda mais. O resultado disso, alertou Salto, é que acabe havendo um travamento total da máquina pública. Para o advogado e analista Melillo Dinis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), tentar achar um termo para isso é a “via crucis” de Flávio Dino.

Diálogo

O MCCE é um dos autores das ações que vêm sendo julgadas por Dino. “Tenho para mim que será necessário muito mais que uma audiência”, observa Melillo. “É preciso mais diálogo, mais política e mais precisão dos diversos atores acerca do papel das emendas”.

Ônus

Para Melillo, o Parlamento se encontra numa posição confortável. Tem o bônus de determinar onde colocar R\$ 50 bilhões sem os ônus. Mais ainda se parte disso acabe destinado de forma secreta. Se o Congresso não quer abrir mão é o ímpeto do ministro Flávio Dino”.

Coação

“É preciso sair do parlamentarismo de coação orçamentária”. Assim Melillo define o que Dino chamou de “sistema brasileiro”. Para o ministro, entre os sistemas que há no mundo – presidencialismo, parlamentarismo, semipresidencialismo –, o Brasil inventou o seu.

Clima

Haverá, no entanto, clima para isso, diante do que aconteceu na semana passada no Congresso? Essa parece ser a grande questão. “Diante do quadro, penso que está difícil essa discussão”, observa o advogado do MCCE. “Mas é o ímpeto do ministro Flávio Dino”.

Motta e Alcolumbre faltam à audiência sobre emendas

Eles designaram os advogados-gerais das duas Casas

Por Karoline Cavalcante

Em meio ao crescente clima de tensão entre o governo federal e o Congresso Nacional, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiram não participar de uma audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a constitucionalidade da execução das emendas parlamentares impositivas, aquelas cujo pagamento é obrigatório pelo Executivo.

Inicialmente incluídos na programação oficial, os dois haviam planejado utilizar a ocasião para reforçar a importância desses repasses como instrumento de autonomia do Legislativo. Contudo, com a desistência, decidiram enviar seus representantes: o advogado-geral da Câmara, Jules Pereira, e a advogada-geral do Senado, Gabriele Pereira. Também participaram do encontro especialistas convidados, além dos autores das ações e entidades como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Fórum de Governadores e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

A audiência, convocada pelo ministro Flávio Dino, relator dos três processos sobre o tema, aconteceu na sala de sessões da Segunda Turma do STF, na última quinta-feira (27). O objetivo foi reunir informações técnicas e apresentar diversas perspectivas para embasar o julgamento do caso pelo Plenário da Corte.

Ação policial

A questão orçamentária tem sido o cerne dos embates entre os poderes. Está na raiz da derrota que o governo sofreu no Congresso no início da semana passada, com a derrubada do decreto presidencial que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e outros tributos. Embora o Congresso defenda e não abra



Fellipe Sampaio/STF

Audiência convocada por Dino discutiu o modelo orçamentário

mão do poder que conquistou nos últimos anos na destinação das verbas públicas, o modelo tem sido alvo de diversas operações policiais que apontam desvios e corrupção.

Enquanto acontecia no STF a audiência pública, uma operação policial deslindava uma quadrilha que desviou recursos de emendas orçamentárias na Bahia. Não foi a primeira operação do tipo. Estima-se que hoje já haja mais de 80 parlamentares sendo investigados.

Sociedade

Na abertura, Dino ressaltou que o tema transcende governos e partidos, pois afeta diretamente toda a sociedade brasileira e lembrou que o Supremo já aprovou — com o voto de cinco ministros indicados por cinco diferentes presidentes da República — um plano de trabalho para alinhar as emendas aos princípios constitucionais de transparência e rastreabilidade. Para ele, a questão exige um diálogo construtivo, onde a Constituição seja a única autoridade que define os limites, sem imposições de qualquer natureza.

“A dimensão da harmonia envolve esse diálogo franco, direto e sem nenhuma tentativa de interdição ou de imposições quanto ao

debate. Quem diz o que pode ou não é a Constituição”, afirmou o ministro.

O magistrado também sublinhou que os debates da sessão são de natureza abstrata, sem relação com investigações concretas sobre desvios, mas alertou que, quando algum dos Poderes comete erros, é o povo quem arca com as consequências.

Defesa

Na avaliação de Jules Pereira, a fragmentação das despesas, muitas vezes vista como ineficaz por atender interesses locais, na verdade representa um efeito positivo, pois garante que as demandas regionais sejam ouvidas.

“Evidentemente, seria o ideal que pudesse se concentrar nos grandes projetos nacionais de defesa, de energia. Mas o ‘seu’ Joaquim, lá da minha Mossoró, no Rio Grande do Norte, tem seus anseios. E, por conta do princípio da dignidade da pessoa humana, os anseios do ‘seu’ Joaquim são relevantes na democracia constitucional”, disse o advogado-geral da Casa Baixa.

Pereira também explicou que, embora a Câmara receba cerca de dez mil pessoas por dia com

pedidos para os deputados, isso não gera vantagens eleitorais adicionais, pois a taxa de renovação de parlamentares é alta, cerca de 40%. Ele reiterou que os deputados são responsáveis pela aplicação das emendas, que passam por rigorosos critérios de aprovação técnica estabelecidos pela Lei Complementar 210/2024.

Ações

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7688, 7695 e 7697 questionam a obrigatoriedade das emendas parlamentares impositivas e foram ajuizadas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela Procuradoria-Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), respectivamente.

O Psol, na ADI 7697, alega que as emendas impositivas limitam a discricionariedade do Executivo na gestão orçamentária, afetando a independência dos Poderes.

Já as outras duas ADIs questionam dispositivos que regulam a distribuição de recursos federais a estados, Distrito Federal e municípios por meio das emendas individuais, conhecidas como “emendas Pix”.

Tarcísio critica Lula na Paulista e pede ‘resposta’ ano que vem

Bia Borges/Ofotográfico/Folhapress



Tarcísio: “A gente está aqui para pedir justiça”

disse o governador, que falou ainda em “dar uma resposta no ano que vem”.

Agendas

Considerado por dirigentes de centro-direita como Valdemar Costa Neto (PL) e Ciro Nogueira (PP) o nome mais capaz de concorrer contra Lula (PT) no ano que vem, o governador de São Paulo ampliou nos últimos dias suas agendas no interior do estado, em movimento similar ao de antecessores que disputaram a reeleição.

O aumento das atividades ocorreu após ele avisar aliados que não queria ouvir falar sobre Presidência, o que foi interpretado por seu entorno como

parte de uma estratégia para reforçar a lealdade ao ex-presidente e não fechar portas a uma eventual indicação.

Neste mês, Tarcísio visitou 16 municípios paulistas (sem contar os eventos na capital) e, até sexta-feira (27), havia publicado 61 vídeos em suas redes sociais dos quais cinco tiveram mais de 1,6 milhão de visualizações. Em junho do ano passado.

Entregas

As mensagens divulgadas pela equipe enfatizam duas ideias centrais: que sua gestão é mais eficiente e, por isso, realiza mais entregas. Elas destacam marcas de seu mandato que ele planeja levar às urnas, como o Tabela SUS

Paulista (que aumenta repasses à saúde), o SuperAção (de assistência social) e o Casa Paulista (de moradias populares em parceria com a iniciativa privada).

“A gente não é pautado pelo discurso, pela narrativa. A gente é pautado pela entrega. E os resultados estão aí para quem quiser ver”, disse Tarcísio, em um vídeo gravado em São José do Rio Preto, a 438 km da capital, em uma publicação da última semana.

As agendas geram, contudo, situações inesperadas. Na visita a Rio Preto, ao tirar uma selfie, um eleitor gritou de forma espontânea ao microfone: “Futuro presidente do Brasil”. Surpreso, Tarcísio retrucou de pronto: “Não, sou nada, que é isso”, enquanto o público ri.

Tarcísio e Bolsonaro estiveram juntos há duas semanas em Presidente Prudente, onde visitaram uma feira agropecuária. No ato público, o governador — que costuma manter tom descontraído em eventos — concordou em soltar um “ihuuu” típico de cowboys, a pedido do ex-presidente.

De acordo com duas pessoas ouvidas pela reportagem, nos encontros entre Bolsonaro e Tarcísio não houve qualquer discussão sobre sucessão presidencial.

Com informações de Bruno Ribeiro (Folhapress)